

6 • Correio Braziliense — Brasília, quinta-feira, 27 de junho de 2024

Bolsas Na quarta-feira

0,25%
São Paulo
0,04%
Nova York

0,04%

Na quarta-feira **R\$ 5,519**(+ 1,19%)

 Voltimos

 20/junho
 5,461

 21/junho
 5,440

 24/junho
 5,390

 25/junho
 5,454

Salário mínimo R\$ 1.412

EuroComercial, venda
na quarta-feira

R\$ 5,895

CDI Ao ano

10,40%

CDB

Prefixado

10.41%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)
Janeiro/2024 0,42
Fevereiro/2024 0,16
Março/2024 0,38
Abril/2024 0,38

POLÍTICA FISCAL

Falas de Lula causam temor no mercado

Declarações do presidente contribuíram com a alta do dólar, que atingiu um pico de R\$ 5,526, encerrando o dia a R\$ 5,519

» VICTOR CORREIA

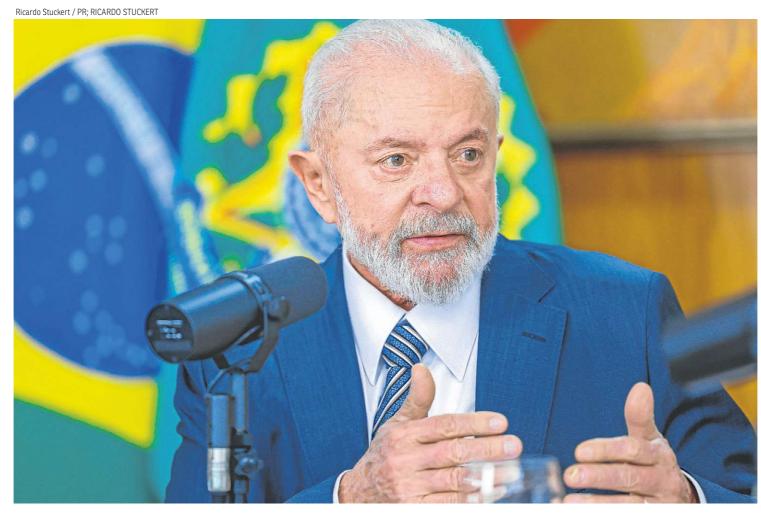
eclarações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ontem voltaram a causar tensão no mercado financeiro. O chefe do Executivo questionou a necessidade de cortar gastos, fez novas críticas aos investidores, comentou a sucessão no Banco Central e disse que vai rever a qualidade dos gastos públicos, especialmente os benefícios fiscais. As falas ocorreram em entrevista ao portal UOL, replicada nos canais oficiais do Planalto.

Após a declaração, o dólar atingiu um pico de R\$ 5,52, apesar de estar influenciado, principalmente, pela alta da moeda americana no cenário externo. Já o Índice Bovespa despencou logo após a fala do presidente, mas recuperou o patamar em seguida.

"O problema não é que tem que cortar. O problema é saber se precisa efetivamente cortar. Ou seja, temos que aumentar a arrecadação. Temos que fazer essa discussão", afirmou Lula, rebatendo críticas sobre o excesso de gastos na sua gestão. "O que nós precisamos saber é o seguinte: o gasto está sendo bem feito? O dinheiro está sendo utilizado para alguma coisa que vai melhorar o futuro desse país? Eu acho que está", emendou.

Com dificuldades para aumentar a arrecadação, o governo vem sendo pressionado a cortar gastos — o que Lula reluta em fazer. A equipe econômica estuda formas de reduzir os benefícios fiscais, o que foi apontado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) como o ponto mais preocupante das contas públicas no ano passado. A renúncia fiscal é estimada em mais de R\$ 500 bilhões. Para o presidente, os benefícios devem ser pontuais e temporários, apenas para incentivar o crescimento de alguns setores. Apesar de estudar formas de cortar gastos, Lula frisou que não vai ceder à pressão do mercado.

"Nós queremos fazer política social que permita às pessoas crescer. Queremos saber se o gasto está sendo bem feito, e se o



Em entrevista, o presidente Lula questionou o mercado financeiro: "a Faria Lima tem alguém que quer mais bem ao Brasil do que eu?"



Eu não indico um
presidente do Banco
Central para o mercado,
eu indico para o Brasil.
Ele vai ter que tomar
conta dos interesses
do Brasil. E o mercado
empresarial, financeiro,
produtivo, vai ter que se
adaptar a isso"

Luiz Inácio Lula da Silva, presidente do Brasil

dinheiro está sendo usado para melhorar o país. Estamos fazendo uma análise de onde tem gasto exagerado, gasto que não deveria ter, gente recebendo o que não deveria. Sem levar em conta o nervosismo do mercado", enfa-

tizou o chefe do Executivo. Uma das possibilidades que chegou a ser ventilada para ajustar as contas é desvincular o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e as pensões do salário mínimo. Questionado, porém, Lula rechaçou a ideia. "Não é possível, porque eu não considero isso gasto. A palavra salário mínimo é o minimum minimorum que uma pessoa precisa para sobreviver. Se eu acho que vou resolver o problema da economia brasileira apertando o mínimo do mínimo, eu estou desgraçado.

Eu não vou para o céu. Eu ficaria no purgatório", respondeu.

A medida diminuiria o impacto da correção dos benefícios, estimada em R\$ 1,3 trilhão nos próximos 10 anos, mas prejudicaria os beneficiários. A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, também já havia descartado a possibilidade de desvinculação nas últimas semanas.

Lula também voltou a fazer críticas ao mercado financeiro, e aos pessimistas com a economia, dizendo que o crescimento vai superar todas as previsões. "O mercado sempre precifica desgraça. Está sempre trabalhando para não dar certo, sempre torcendo para as coisas serem piores do que são", lamentou. "A Faria Lima tem alguém que quer mais bem ao Brasil do que eu?

Vamos ser francos, vocês acham que quando eles estão discutindo o aumento na taxa de juros, estão pensando no cara dormindo debaixo de uma ponte? No cara morrendo de fome? Não pensam. Pensam no lucro", emendou.

Em contrapartida, disse querer que os empresários tenham lucro, para gerar empregos, mas argumentou que os trabalhadores precisam ter condições de comprar os bens que produzem. "Eu não sou doido", pontuou.

Sucessão do BC

Lula também foi questionado, durante sua entrevista pela manhã, sobre a sucessão na presidência do Banco Central, tema que ganhou fôlego após as novas críticas do mandatário ao atual presidente, Roberto Campos Neto, na semana passada. Ele comentou o encontro que teve com o diretor de Política Monetária do BC, Gabriel Galípolo, e com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, na terça-feira. A reunião definiu que a meta de inflação será mantida em 3% ao ano, mas que a sistemática será contínua, em vez do modelo de "ano-calendário" adotada até agora.

"O Galípolo veio aqui para uma reunião em que a gente estava discutindo a meta inflacionária. E a gente manteve a meta que tinha. A novidade foi estabelecer a meta contínua. O Galípolo é um companheiro altamente preparado, mas eu ainda não estou pensando na questão do Banco Central", declarou o presidente.

Ele também foi questionado sobre outros nomes que circulam para o cargo, como o ex-ministro da Fazenda Guido Mantega e o atual presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante. Galípolo, porém, é o favorito.

"Eu não indico um presidente do Banco Central para o mercado, eu indico para o Brasil. Ele vai ter que tomar conta dos interesses do Brasil. E o mercado empresarial, financeiro, produtivo, vai ter que se adaptar a isso", enfatizou Lula.

Repercussão

No final da tarde, Lula conversou com jornalistas em frente ao Planalto após cerimônia para conhecer os sete novos modelos de ônibus escolares para a rede pública. Questionado sobre a repercussão de suas falas no mercado ontem, Lula ironizou. "Por que teve reação? Não teve reação. Devem ter gostado", disse o presidente.

Lula voltou a dizer que não há ninguém mais otimista com o país do que ele. "Você tem muitos empresários, muitos empreendedores, que gostam do Brasil. E essas pessoas querem que o Brasil dê certo. O que nós não queremos é que o Brasil seja certo só para alguns", falou.

Rombo chega a R\$ 60,9 bi em maio

» HOSANA HESSEL

O Tesouro Nacional divulgou, ontem, um rombo fiscal de R\$ 60,9 bilhões nas contas do governo central, em maio, resultado do descompasso entre o aumento das despesas, de 14%, em termos reais (descontada a inflação), no mês passado, e a receita líquida, que aumentou 9%, na mesma base de comparação. Conforme dados apresentados aos jornalistas pelo secretário do Tesouro, Rogério Ceron, o saldo foi o pior desempenho em termos reais para o mês desde 2020.

No acumulado em 12 meses até maio, o deficit primário do governo central segue muito acima da meta fiscal, pois o saldo negativo chegou a R\$ 268,4 bilhões, o equivalente a 2,4% do Produto Interno Bruto (PIB), a preços corrigidos pela inflação. Esse dado está bem distante da promessa do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, de zerar

deficit das contas públicas.

Após a mudança da meta, a previsão de saldo negativo permite um rombo fiscal de até R\$ 27,5 bilhões. Essa marca, contudo já foi superada de janeiro a maio, ao somar um deficit de R\$ 30 bilhões, e, portanto, o sinal de alerta está aceso e, por isso, tanto o mercado quanto o Banco Central estão atentos com a piora visível das contas públicas.

piora visível das contas públicas.
O governo central engloba
o Tesouro, o Banco Central e a
Previdência Social e, esta última, apresentou, sozinha, um
deficit maior do que o total, de
R\$ 61 bilhões, apenas no quinto
mês do ano. E, no acumulado de
janeiro a maio, esse rombo somou R\$ 153,3 bilhões — aumento real de 29,9% em relação ao
mesmo período de 2023.

Os benefícios previdenciários seguem sendo as maiores despesas obrigatórias das contas do governo federal, mesmo após a

reforma da Previdência, em 2019.

E, com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva dando sinais de que pretende continuar gastando muito mais do que a arrecada — o que só aumenta o endividamento público se não houver revisão de gastos — será difícil conseguir reequilibrar as contas públicas. Analistas do mercado são unânimes em afirmar que a questão fiscal é um dos principais motivos para que o fim do ciclo de corte da taxa básica da economia (Selic). Está visível que, mesmo com receitas extraordinárias turbinando a arrecadação, que bateu novo recorde em maio, o governo federal não consegue recursos suficientes para fazer frente às despesas que não param de crescer.

Gastos

Apesar do ceticismo do mercado financeiro, Ceron reafirmou

que a meta fiscal de 2024 está mantida, acrescentando que não há discussão em torno da mudança da meta." A distância entre o que mercado espera e nossas projeções no bimestral para o resultado primário vem se encurtando", afirmou o secretário.

Ao comentar as declarações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre gastos públicos, o secretário afirmou que foram posições já conhecidas e informou que a a Junta de Execução Orçamentária — composta pelos ministérios da Fazenda, do Planejamento e da Gestão está levantando o diagnóstico das contas públicas para apresentar a Lula. "Não vi nas falas do presidente novidade em relação ao que já era público. Estamos no estágio de diagnóstico", afirmou o secretário.

Ceron sustentou que as regras previstas no arcabouço fiscal serão cumpridas. "No início



Ceron, secretário do Tesouro, garante que meta fiscal será cumprida

do ano passado, em vários momentos, falaram que medidas de receita não seriam aprovadas, não gerariam impacto, e no fim hoje estamos vendo que todo o conjunto de ações estão funcionando. É inegável que receitas estão recuperando de forma saudável, mostrando que

tínhamos razão. Agora surge outro elemento de dúvida sobre a dinâmica das despesas, que também, com serenidade, vamos mostrando que elas vão ser cumpridas e vão manter dinâmica que permitam o cumprimento das regras pactuadas com a sociedade", declarou.